

**Políticas Públicas de Trabalho e
Renda na América Latina e no Caribe**

**Processos de integração supranacional
e articulação de políticas públicas**

Tomo I

2003



Sumário

Tomo I – Processos de integração supranacional e articulação de políticas públicas

Apresentação da Coleção

Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Geração de Renda
Ayrton Fausto 9

Introdução

Os processos de integração supranacional e a
harmonização das políticas públicas de trabalho e renda
Ayrton Fausto, Marcela Pronko e Sílvia Yamoulas 27

Palavras dos representantes das instituições organizadoras

Osmar Chobfi 49

Guillermo Campero 52

Nassim Mebedff (Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador) 54

Pedro Daniel Weinberg 66

Parte I: Processos de integração supranacional e articulação de políticas públicas

Articulação de políticas públicas sociais e políticas econômicas
nos processos de integração supranacional
Renato Baumann 74

Potencialidades e limites dos processos de integração supranacional
desde uma perspectiva política, com ênfase no Mercosul
Guy de Almeida 95

Integração supranacional, mulheres e mercado de trabalho
Sílvia Cristina Yamoulas 125

Globalização, mercados de trabalho
urbanos e rurais e políticas públicas
Juarez Rubens Brandão Lopes 166

Impacto del mercado laboral en la pobreza. El caso de Chile
Arturo León B. e Ernesto Espíndola A. **188**

Alternativas possíveis para a articulação de políticas públicas, com ênfase
nas políticas públicas de trabalho e renda de assistência social no Brasil
Carmen Guimarães Mebedff. **218**

Parte II: Formação profissional e integração regional

Formación profesional, productividad y trabajo decente
Fernando Casanova **234**

Educação Profissional na América Latina: Brasil, Argentina e Chile.
Luiz Antônio Cunha **263**

Parte III: A harmonização das políticas públicas de trabalho nas experiências de integração supranacional em curso: UE, TLCAN(Nafta) e Mercosul

Potencialidades y límites de los procesos de integración regional
y de la armonización de políticas sociales – MERCOSUR
Maria Carmen Ferreira Harreguy **340**

Coordinación de las políticas públicas de trabajo en la Unión Europea
Javier Ferrer Dufol **406**

La experiencia del ACLAN: posiciones de los sindicatos
Graciela Bensusán **434**

La dimensión laboral en los procesos de
integración económica – Unión Europea, MERCOSUR y
Tratado de Libre Comercio de América del Norte
Norma Samaniego **472**

Parte IV: Estudos comparados e integração supranacional

La dimensión laboral en los procesos de
integración: TLCAN-MERCOSUR
Graciela Bensusán e Landy Sanchez **514**

A comparação como ferramenta de conhecimento e os processos
de integração supranacional: desafio para as Ciências Sociais
Marcela Pronko **573**

Tomo II – Harmonização de políticas públicas de trabalho no Mercosul: a perspectiva dos governos, trabalhadores e empresários

Apresentação da Coleção

Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Geração de Renda
Ayrton Fausto **9**

Introdução

Os processos de integração supranacional e a harmonização das políticas públicas de trabalho e renda
Ayrton Fausto, Marcela Pronko e Silvia Yamoulas **27**

Parte V: A harmonização de políticas públicas de trabalho no Mercosul: a perspectiva dos governos, trabalhadores e empresários

Governos

Los procesos de integración: aspectos políticos y laborales
Guillermo Campero – Asesor Especial del Presidente de la República de Chile **50**

A harmonização de políticas públicas de trabalho no Mercosul segundo a perspectiva do governo brasileiro
Eduardo Paes Saboia – MRE-Brasil **71**

Comentários e Debate
Pedro Galin – MTESS-Argentina **79**

Trabalhadores

La armonización de las políticas públicas laborales en el MERCOSUR según la perspectiva de los trabajadores: una aproximación al tema
Julio Godio – Instituto del Mundo del Trabajo-Argentina **95**

Comentários
Álvaro Padrón – CCSCS – Coordinadora de Centrales Sindicales del Cono Sur; Carmen Lúcia Evangelho Lopes – Força Sindical – Brasil; Eduardo Pereyra – PIT-CNT – Plenario Intersindical de Trabajadores – Convención Nacional de Trabajadores– Uruguay; Luiz Antônio Souza da Silva – CUT– Central Única dos Trabalhadores – Brasil; Oscar Nieva – CGT – Confederación General del Trabajo – Argentina; Pedro Parra Gaona – CNT – Confederación Nacional del Trabajo – Paraguai; Valdir Vicente de Barros – CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores – Brasil **179**

Empresários

A harmonização de políticas públicas de trabalho no Mercosul
segundo a perspectiva dos empresários (transcrição)

Simone Saisse Lopes – CNI-Brasil **206**

Comentários e Debate

Enrique Mantilla – UIA – Unión Industrial Argentina – Argentina;
José Sanchez Herrero – Feprinco– Federación de la Producción, la
Industria y el Comercio – Paraguai; *Miguel Oliveros* – CIU – Cámara
de Indústrias de Uruguay – Uruguai **224**

Anexos:

Anexo 1: Declaração Sociolaboral do Mercosul **238**

**Anexo 2: Regulamento Interno da Comissão
Sociolaboral do Mercosul** **247**

Anexo 3: Protocolo de Ushuaia **255**

Anexo 4: Agenda do evento **258**

Anexo 5: Lista de participantes **263**

Anexo 6: Abreviaturas e Siglas **268**

Potencialidades e limites dos processos de integração supranacional desde uma perspectiva política, com ênfase no Mercosul

*Guy de Almeida*¹

O tema que nos foi proposto pelo prof. Ayrton Fausto, ao fazer-nos o honroso convite para participar deste seminário, é complexo, pois ao envolver a perspectiva política no processo integracionista supranacional, com ênfase no Mercosul, sugere uma soma de passado e presente, que deve desdobrar-se em expectativas e probabilidades, portanto um certo exercício de futurologia. Nossa abordagem, entretanto, não terá, devido ao breve tempo disponível, outra pretensão que a de destacar alguns aspectos que a nosso juízo têm relevância conjuntural ou estrutural.

Convém registrar previamente que um processo de integração supranacional, portanto entre nações para gradualmente transcendê-las no decorrer da implementação dos compromissos comuns assumidos,

¹ Guy de Almeida é professor titular da PUC Minas onde coordena o Projeto Mercosul (Promer); jornalista, ex-presidente e agora presidente de honra do Fórum Universitário Mercosul (FoMerco); membro do Conselho Consultivo da Fiaco/Brasil; membro do Conselho Editorial da Revista Brasileira de Política Internacional, do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (Ibri). Também foi membro do "staff" internacional do Acordo de Cartagena (hoje Comunidade Andina de Nações), em Lima, Peru; ex-diretor executivo do "Technological Information Pilot System"; Pnud, Roma, Itália; ex-supervisor na América Latina da agência internacional de notícias *Inter Press Service*, Santiago, Chile e de sua subregional andina em Lima, Peru.

abarca perspectivas múltiplas que interagem com a política, como a econômica, a social e a cultural, em diferentes dimensões como:

1. A nacional, na medida em que, entre outros aspectos, a adesão de um país a um processo de integração implica na aceitação de uma gradual redução da soberania clássica em benefício da construção comunitária. Esta incluirá a criação paulatina de uma soberania regional amparada na convergência das respectivas soberanias nacionais que deverá dar ao bloco uma personalidade própria no âmbito internacional.
2. A global, no relativo em especial à natureza e objetivos da inserção do bloco na comunidade internacional e, em conseqüência, às repercussões ou efeitos de seu relacionamento com outros países ou outros blocos.

Em ambas as dimensões, um dos objetivos de cada nação aderente à integração é a aquisição de uma nova potencialidade negociadora para a obtenção de maiores vantagens no relacionamento internacional do que aquelas advindas do relacionamento bilateral tradicional. Registradas essas premissas, por sua importância para o entendimento da complexidade de um processo de integração supranacional e das dificuldades a superar para a sua implementação, a abordagem do tema proposto partirá do cenário regional atual com a solicitada ênfase nos aspectos subregionais. Nele cruzam-se e tendem a complementar-se e/ou a contrastar, por suas origens e objetivos, o Mercosul, Mercado Comum do Sul, e a Alca, Área de Livre Comércio das Américas.

O Mercosul tem origem e objetivos subregionais e se vincula ao que se poderia denominar de tradição histórica integracionista latino-americana; a Alca é um projeto norte-americano, que pretende a participação de todos os países das Américas, exceto Cuba, e se vincula à tradição comercialista de seu promotor.

Nessa linha, vale anotar previamente, como sugestão para pesquisa, uma instigante coincidência cronológica: o Mercosul germina, no decorrer da segunda metade dos anos 80, com os acordos entre Brasil e Argentina visando à formação de um mercado comum. O projeto Alca é um desdobramento da Iniciativa das Américas, lançada pelos Estados Unidos em junho de 1990, com a meta de criar uma zona de livre comércio hemisférica do Alasca à Terra do Fogo, meses antes da assinatura do Tratado de Assunção. O projeto Alca surgiu, portanto,

como um dado novo a considerar em meio aos desdobramentos, então em marcha, do projeto brasileiro-argentino.

Com características diferentes das anteriormente negociadas por eles, como se verá adiante, institucionalizou-se em março de 1991, por meio do Tratado de Assunção, o projeto integracionista dos dois países, que criou o Mercosul com a adesão também de Paraguai e Uruguai. O projeto Alca foi lançado pelos Estados Unidos durante reunião de cúpula dos países americanos em Miami, em dezembro de 1994, ano em que coincidentemente produziram-se tendências de consolidação e fortalecimento do Mercosul, com perspectivas de influência regional ampliada para além das fronteiras dos quatro países membros.

Naquele ano, paralelamente à confirmação da expressiva expansão do comércio entre os países membros – de US\$3,6 bilhões em 1990 para mais de US\$8 bilhões em 1993 –, avançaram os entendimentos para o estabelecimento de uma política comercial conjunta do bloco perante terceiros países, culminando com a criação da união aduaneira em 17 de dezembro, quando foi assinado o Protocolo de Ouro Preto, que simultaneamente deu personalidade jurídica internacional ao bloco; formalizou-se em fevereiro, perante a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), a proposta do governo brasileiro de criação da Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA); evoluíram as negociações com a Comunidade Econômica Européia para a formação de uma área de livre comércio, com a assinatura de uma Declaração Conjunta dos dois blocos, ato preliminar à assinatura em dezembro de 1995 de um Acordo Quadro de Cooperação Inter-regional.

Os dados disponíveis indicavam, assim, a caracterização paulatina de um projeto subregional com tendência à aquisição de uma forte personalidade política própria, no quadro regional, com dimensão ampliada se viabilizada a ALCSA. Ao lançar esse projeto, que visa à associação do Mercosul com a Comunidade Andina de Nações (CAN), o Brasil assinalara que a nova Área seria um *"instrumento de confluência dos processos subregionais de integração sul-americana"* e *"reforçará ainda a capacidade de atuação da América do Sul nos planos hemisférico e mundial"*².

Interpretações em torno do significado geopolítico do projeto levaram a diplomacia brasileira a procurar diluir as suas proporções

2 Celso Amorim, Discurso do Ministro das Relações Exteriores do Brasil por ocasião da VIII Reunião do Conselho de Ministros da Aladi, em "Boletim da Integração Latino-Americana", Ministério das Relações Exteriores, Nº 13, abril-junho de 1994, pág. 113.

implícitas: a ALCSA “*não foi concebida como uma ‘reação’ ao Nafta ou como uma tentativa brasileira de competir com os EUA por influência na região, como alguns analistas apressados têm afirmado. Nada mais ingênuo ou equivocado. No entender da diplomacia nacional – que tem de pensar o País além do curto prazo – a ALCSA é perfeitamente compatível com um futuro processo de convergência, no plano hemisférico, de esquemas de liberalização comercial subregional, como o Mercosul e o Nafta*”, escreveu o embaixador José Artur Denot Medeiros, subsecretário-geral de Assuntos de Integração do Ministério das Relações Exteriores do Brasil³.

Nessa perspectiva, parece-nos oportuno um exame, ainda que sumário, das relações passadas e presentes da América Latina com a potência hegemônica na área, os Estados Unidos, no que à integração se refere. Essa relação tem sido complexa, problemática e/ou ambígua, chegando a produzir intermitentes estados de síndrome política aberta ou encoberta na América Latina. Nela está implícito um estado latente de “*bipolaridade assimétrica*”, desde as motivações originais, na década de 50 do século XX, da busca de viabilização de um modelo especificamente latino-americano como alternativa para o desenvolvimento regional.

Essas motivações derivaram da frustração de tentativas prévias latino-americanas de viabilização de uma via interamericana, isto é, da associação com os Estados Unidos com aquele objetivo. Como desdobramento, a opção por uma via integracionista latino-americana passou a apresentar-se desde então, com maior ou menor intensidade, fundamentando-se em suas origens em diagnósticos e projetos da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina (Cepal). Em certa medida, essa via apresenta-se na fase atual, paralelamente ao protagonismo do Mercosul e do projeto Alca, em uma perspectiva brasileira que nesse contexto alimenta a aspiração à viabilização da ALCSA, que mais adiante poderia transformar-se em um mercado comum.

O projeto de criação de um mercado comum latino-americano foi desenvolvido após a frustração de proposições de vias interamericanas como:

- a) Um acordo para a superação do intercâmbio desigual entre os países da região e os países industrializados, principalmente os Estados Unidos, decorrente da queda dos preços das matérias primas e produtos básicos de exportação da América Latina e do aumento

³ José Artur Denot Medeiros, “A Área de Livre Comércio Sul-Americana e a lógica da cooperação econômica regional”, em “Boletim da Integração Latino-Americana”, Ministério das Relações Exteriores, Nº 13, abril-junho de 1994, pág. 2.

simultâneo do valor dos produtos industrializados importados por seus países. A grave crise econômica regional, derivada em grande medida desse problema, surgiu após *“quinze anos de expansão econômica relativamente rápida, facilitada em grande parte pela eclosão da Segunda Guerra e estimulada pelo crescimento prolongado dos mercados internacionais de matérias primas, que diminuíram consideravelmente, após a cessação das hostilidades na Coreia”*⁴.

b) A aplicação de uma réplica do Plano Marshall, por meio do qual o governo dos Estados Unidos havia financiado a recuperação da economia européia, arruinada durante a Segunda Guerra Mundial. Essa aspiração latino-americana percorreu as conferências interamericanas de Petrópolis (1947) e de Bogotá (1948), sem acolhimento pelos Estados Unidos, favoráveis à fórmula da plena abertura da região aos investimentos privados estrangeiros, ao invés de empréstimos de governo a governo, como ocorria com a Europa. Nessa época, *“a tarefa das delegações norte-americanas às diversas conferências econômicas interamericanas consistia em encontrar meios e modos para acelerar o afluxo de capital de desenvolvimento para a América Latina pela via dos investimentos das empresas privadas como a fonte de capital a longo prazo e bloquear, assim, as iniciativas que visavam os empréstimos de governo a governo. Mesmo quando fossem empréstimos governamentais, no futuro, far-se-iam por meio de canais privados e controlados por entidades de propriedade privada”*, registra Amado Luiz Cervo⁵.

c) A realização de uma Operação Panamericana (OPA), proposta pelo Brasil aos Estados Unidos, em março de 1958 – dois anos antes da criação da Alalc e logo após dramáticas manifestações anti-norte-americanas durante visita do então vice-presidente Richard Nixon a países da América Latina –, como um projeto *“contra a ameaça materialista e anti-democrática do bloco soviético”*, por meio da promoção conjunta do desenvolvimento e do fim da miséria. Salientava o documento, encaminhado pelo presidente Juscelino Kubitschek: *“Desejamos formar ao lado do Ocidente mas não desejamos constituir o seu proletariado”*⁶.

As opções integracionistas interamericanas dos Estados Unidos se deram, à época, visando à montagem de um sistema de segurança militar e política continental no cenário de Guerra Fria com a União Soviética.

4 Miguel Wionczek, “História do Tratado de Montevideú” em “A Integração Econômica da América Latina”, ed. “O Cruzeiro”, 1966, pág. 91.

5 Amado Luiz Cervo, “Relações Internacionais da América Latina – Velhos e novos paradigmas”, ed. Funag/IBRI, 2001, pág. 100.

6 Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno, “História da Política Exterior do Brasil”, IBRU/Unb, 2ª edição, 2001, pág. 291.

Promoveu-se então a coordenação militar por meio do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar), em 1947; a coordenação política, com a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948. No plano econômico, surgiria, em dezembro de 1959, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), considerado o principal resultado da proposta de realização da OPA, a qual contribuiria também para a fundamentação da Aliança para o Progresso, anunciada pelos Estados Unidos, em março de 1961, um mês antes da frustrada tentativa de invasão de Cuba para a derrubada do regime liderado por Fidel Castro.

O BID, juntamente com instrumentos de dimensão global, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, sob predominante influência dos Estados Unidos, tem exercido papel significativo para a aplicação das diretrizes norte-americanas nas suas relações políticas e econômicas com a região. Em relação à integração econômica, a opção interamericana dos Estados Unidos tem sido propostas de formação de uma zona de livre comércio, a primeira apresentada durante a I Conferência Internacional de Estados Americanos, realizada em 1889/1890, em Washington.

Já em 1967, Gabriel Valdes, ministro das Relações Exteriores do Chile (governo democrata-cristão de Eduardo Frei), assinalava que *"el sistema interamericano fue concebido como una relación de EE.UU. con cada una de las naciones latino-americanas. No sólo no ha actuado en favor de una integración de éstas, sino que también ha contribuido a mantener su individualidad respecto a sus vecinos. La gravitación política, económica y financiera bilateral hacia Washington ha sido tan fuerte que no ha dejado espacio para intentar esquemas de vinculación política a nivel latinoamericano ni buscar fórmulas financieras y comerciales propias de esos países hasta la formación, en el decenio de 1960, de procesos regionales de integración y de bancos de desarrollo subregionales"*⁷.

Os diagnósticos da Cepal e seu criativo vigor na inovação teórica propositiva, nos decênios de 50 e 60, lançariam os fundamentos – que já se esboçavam desde a depressão econômica do início da década de 30 – de uma consciência de identidade latino-americana comum. Ela ia além da retórica política bolivariana tradicional, dando densidade à caracterização da natureza similar, ainda que variável nas proporções, dos problemas regionais. Gerava-se então uma "cultura latino-americana de integração" que, apesar de não ter-se viabilizado ainda como força

7 Gabriel Valdes, "Obstáculos políticos a la integración latino-americana" em "Revista de la Integración", INTAL, Nº 17, setembro de 1974, pág. 10/11.

institucional influente no cenário internacional, deitou raízes e, com variações de formato e de conteúdo, tem sido a via enunciada ou tentada intermitentemente, como alternativa para a superação dos obstáculos ao desenvolvimento regional.

Examinada sob perspectiva histórica, a implementação de projetos de integração regional iniciou-se e frustrou-se com a Alalc e o MCCA (Mercado Comum Centro-Americano), atos simultaneamente de racionalidade técnico-econômica e de voluntarismo político de efeitos ciclotímicos, prelúdio do que viria a ocorrer com projetos similares posteriores. Ambos foram elaborados e lançados sem a previsão e simultânea implementação de programas interativos e graduais de natureza política, social e cultural, priorizando-se uma opção comercialista sobre uma opção pelo desenvolvimento sustentável, que estava implícita nas formulações originais da Cepal.

Presumivelmente, a formação e a evolução de um mercado comum deveriam promover, por meio de seus benefícios, a consolidação do processo de integração como um todo internamente, em cada país membro e no conjunto do bloco. O mesmo deveria ocorrer externamente perante outros países e blocos, com efeitos positivos para o exercício de uma nova potencialidade negociadora em relação aos interesses políticos e econômicos regionais.

A concretização objetiva dessa perspectiva poderia implicar, no entanto, na paulatina debilitação da ordem regional estabelecida gradualmente desde o lançamento da Doutrina Monroe pelos Estados Unidos (1823), cuja evolução, por meio do adição de vários corolários, foi caracterizando a liderança hegemônica desse país. As resistências, ambigüidades ou interferências norte-americanas ante as pioneiras propostas cepalinas de integração, estão tratadas por especialistas como Iris Mabel Laredo, Miguel Wionczek, Celso Furtado, Rui Mauro Marini, Rubens Barbosa e outros.

Segundo Iris Mabel Laredo, "*conviene señalar que en esta materia la conducta estadounidense estuvo asociada a la animadversión existente en ese país contra la CEPAL, a la que se acusaba de enemiga de Estados Unidos, por considerar que con sus propuestas integracionistas incitaba a los países latinoamericanos a unirse en su contra para imponerle concesiones económicas que por separado ninguno de ellos estaba en condiciones de lograr*"⁸.

⁸ Iris Mabel Laredo. "Definición de los objetivos de integración latinoamericana en las tres últimas décadas (1960-1990), em "Integración Latinoamericana". INTAL, Nº 171-172 – setembro-outubro de 1991, pág. 7.

As proporções do problema ampliar-se-iam à época, na tentativa norte-americana de extinguir a Cepal quando, decorridos três anos, sua existência deveria ser ratificada ou não durante a Conferência do México, em 1951. Segundo Celso Furtado, membro da delegação da instituição àquela reunião, o Departamento de Estado norte-americano, *"acostumado a conduzir os latino-americanos na direção que lhes convinha"*, foi surpreendido pelo êxito de uma articulação favorável à sobrevivência da Cepal, graças ao apoio decisivo do governo Getúlio Vargas. Para Furtado, que narra o episódio detalhadamente em suas memórias, *"a Cepal se transformara em símbolo do esforço de união da América Latina em sua luta para escapar das tenazes do subdesenvolvimento"*⁹.

Nesse contexto, a Área Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc), criada por meio do Tratado de Montevidéu (1960), foi um produto mediatizado das teses centrais da Cepal. Como salientaria em 1967 o então presidente do Comitê Executivo Permanente da Alalc, o uruguaio Julio Zamora Batiz, essa fora *"concebida como uma etapa – indispensable si, pero al fin solamente una parte del proceso de formación del mercado común latinoamericano"*¹⁰.

A sua substituição em 1980 pela Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), caracterizou, em grande medida, pela estrutura, objetivos e exercício posterior de sua sucessora, o esvaziamento do modelo. No entanto, ainda no período anterior a essa modificação, tentativas mais avançadas na definição de objetivos integracionistas e na formulação de propostas de ação política estratégica conjunta, com certo grau de autonomia, tinham reafirmado a singular vitalidade da idéia de unidade regional. Salvo melhor juízo, destacam-se nessa perspectiva, pelo menos dois projetos:

a) O Acordo de Cartagena ou Grupo Andino, hoje Comunidade Andina de Nações (CAN) – criado em 1969 – que nasceu da percepção de um grupo de países membros menos desenvolvidos (Bolívia, Colômbia, Chile, Equador e Perú), apenas sete anos depois do início da operacionalização da Alalc, de que esse modelo tendia a beneficiar as principais economias nacionais do bloco – Argentina, Brasil e México – contribuindo para aumentar as assimetrias regionais em detrimento dos objetivos básicos da integração.

⁹ Celso Furtado, "A Fantasia Organizada", ed. Paz e Terra, 1ª edição, 1985, págs. 111 a 116.

¹⁰ Julio Zamora Bätz, "Palabras del señor presidente del Comité Ejecutivo Permanente de la ALALC" em "La integración latinoamericana en una etapa de decisiones", BID/Intal, 1973, pág. XVI.

Para o equatoriano Germánico Salgado, membro da primeira Junta do Acordo de Cartagena (órgão técnico supranacional do bloco) a "raiz fundamental" da debilidade da Alalc fora não haver incluído "elementos instrumentales suficientes para conseguir una efectiva participación de todos los países miembros en los resultados del proceso"¹¹. Pretendia-se, com a formação do Grupo Andino dentro da Alalc, reunir "un grupo de países que, por su dimensión y capacidad económica no creían ballarse en condiciones de participar plenamente en los beneficios que podría traer el funcionamiento de la ALALC y que pensaban que al unir sus esfuerzos mediante fórmulas más vinculativas y profundas de integración podrían no sólo encontrar asidero para salvar las limitaciones de mercado más apremiantes, sino mejorar su capacidad para actuar en el seno de la ALALC y contribuir, en general, a la integración final de América Latina"¹².

No entanto, a integração andina tem-se frustrado devido, em ponderável medida, à carência de consistente disposição política conjunta para a sua consolidação e implementação, impondo-se freqüentemente, em momentos de decisões essenciais para a sua evolução ou diante de situações críticas, o interesse nacional sobre o interesse regional. O bloco chegara, nos anos iniciais, em meio a resultados positivos na dinamização do comércio intrarregional, a medidas inovadoras como a coordenação de políticas setoriais por meio de alguns programas industriais conjuntos ou a medidas singulares de ordenamento jurídico como um Regime Comum de Tratamento ao Capital Estrangeiro e um Tribunal de Justiça. Contudo, apesar das dificuldades o bloco mantém-se estruturado, após significativas alterações que incluíram retrocessos em relação a avanços anteriores e a sua transformação em Comunidade Andina de Nações (CAN). Em torno da proposta brasileira para a sua associação com o Mercosul giram agora as expectativas de formação da ALCSA.

b) A criação em 1975 do Sistema Econômico Latino-Americano (Sela), formado exclusivamente pelos países da região e do Caribe, "dando un gran paso hacia la realización de una vieja aspiración: la de contar con un organismo auténticamente latinoamericano, de exclusivo control de los países de la región, para defender con eficacia sus intereses y sus derechos", segundo reiterava, em 1988, o seu então secretário permanente, o uruguaio Carlos Perez del Castillo, que acrescentava: "Para asegurarse el lugar que legítimamente les corresponde en el seno

11 Germánico Salgado, "El Grupo Andino y el poder de la acción solidaria" em "La integración latinoamericana en una etapa de decisiones", BID/INTAL, 1973, pág. 133.

12 Idem, pág. 135-136.

de la comunidad internacional, América Latina y el Caribe necesitan imperiosamente afirmar su identidad y personalidad propias"¹³.

Assim, apesar da evidência, incrustada em seu nome, de uma ênfase no econômico, o Sela foi, ao surgir, um novo e claro sinal de pretensão de autonomia política nas relações com os Estados Unidos, ressaltado pela inclusão entre os seus membros de Cuba que, por iniciativa norte-americana, fora excluída da OEA e se frustrara na tentativa de vincular-se à Alalc, em 1962, como por razões similares está excluída das negociações para a formação da Alca.

O Sela permanece mas não chegou ainda, inclusive por contradições entre pretensões hegemônicas subregionais, à consolidação do objetivo implícito na sua origem. O momento mais representativo de suas inspirações originais deu-se provavelmente na articulação da solidariedade latino-americana à Argentina diante das medidas contra ela tomadas pelos membros da Comunidade Européia e outros países industrializados em consequência da Guerra das Malvinas (1982). Os Estados Unidos haviam optado por solidarizar-se com a Inglaterra ou com o Tratado do Atlântico Norte (Otan), instrumento similar ao TIAR para as suas relações militares com a Europa. O Sela lançou então as "Bases para una Estrategia de Seguridad e Independencia Económica de América Latina", cujos elementos fundamentais eram o estabelecimento de um mecanismo de segurança econômica coletiva regional e a realização de um programa destinado a fortalecer a cooperação e a integração entre os países membros¹⁴.

Um antecessor do Sela fora a Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana (Cecla), que tratou das relações da região com os Estados Unidos, tendo aprovado em 1969, em reunião ministerial realizada no Chile, o "Consenso de Viña del Mar", em que os países membros afirmavam *"la personalidad propia de América Latina"* e acentuavam a necessidade de *"modificaciones importantes en las modalidades de las relaciones de América Latina con los demás miembros de la comunidad internacional"*. Relacionavam documentos produzidos pelos governos da América Latina e dos Estados Unidos nos anos anteriores, inclusive em nível presidencial, que *"ban definido obligaciones y programas de acción comum que incorporan las aspiraciones*

13 Carlos Perez del Castillo, "Lineamientos básicos para orientar la acción del SELA", em "Capítulos del Sela", No. 19, abril-junho de 1988, pág. 63.

14 "Bases para una Estrategia de Seguridad e Independencia Económica de América Latina", em "Capítulos del SELA", No. 1, agosto de 1983, págs. 5 a 15.

*de los países latinoamericanos para alentar el desarrollo y el progreso de la región". Y salientava que "esas obligaciones y programas no han tenido hasta ahora, adecuado cumplimiento y atención"*¹⁵. Sem institucionalidade para manter-se, por carência de continuidade na vontade política para o seu desenvolvimento, o processo iniciado pela Cecla perdeu substância.

Nesse cenário, alguns outros aspectos poderiam contribuir para o entendimento das insuficientes perspectivas políticas do processo regional de integração supranacional. Elas não se limitam obviamente às interferências externas e seus efeitos, pois têm prosperado em ponderável medida devido também a problemas regionais internos latino-americanos. Esses problemas entorpecem ou vulneram projetos, ações e programas essenciais para a geração de condições para administrar e conter interferências externas.

Nesse sentido, as frustrações das tentativas integracionistas latino-americanas são com frequência comparadas com o êxito da integração européia, cujas concepção e estrutura foram tomadas em consideração no exame da via latino-americana desde a sua origem. Ao contrário da América Latina, a Europa desenvolveu o seu processo mediante a implantação gradual, desde 1952, com o Tratado de Paris (criação da Comunidade Européia do Carvão e do Aço), de estrutura institucional jurídica supranacional e a coordenação/harmonização paulatina de políticas. Essa fase culminaria com a assinatura do Tratado de Roma (1957), visando à constituição do mercado comum, meta já superada pelo Tratado de Maastricht (1992), que levou à constituição da União Européia com uma moeda comum. A iniciativa original obtivera o apoio político e econômico dos Estados Unidos, como parte da implementação da "Política de Contenção" à expansão comunista no mundo, sugerida em julho de 1947 pelo diplomata norte-americano George Kennan¹⁶ e incorporada à Doutrina Truman, inspiradora da Guerra Fria. Esse apoio se dera também em aspectos como a alimentação financeira do processo de reconstrução da Europa, mediante o já citado Plano Marshall e a criação da Otan.

A América Latina, ao contrário, apesar da busca de ação unitária ante a frustração das tentativas de obter apoio dos Estados Unidos para a redução da profunda assimetria entre ambos, tem evidenciado limitada

15 "Consenso Latino-Americano de Viña del Mar", ed. Ministério das Relações Exteriores do Chile, 1969, págs. 1 e 2.

16 George Kennan, "The Sources of Soviet Conduct", em "American Diplomacy", expanded edition, The University of Chicago Press, 11984, págs. 107 a 128.

capacidade de solidariedade política intrarregional. Um exemplo constante tem sido a carência de posição comum diante de reações norte-americanas às tentativas de implantação de políticas alternativas autônomas na região, de corte nacional ou regional. Essas reações chegaram em certos casos ao extremo do intervencionismo aberto ou encoberto, fundamentado em conceitos ideológicos da mencionada "Política de Contenção". A intervenção poderia ser precedida pela aplicação de medidas de coerção econômica e/ou política, ainda que as características do projeto alternativo visado não fossem além de conteúdo nacionalista ou reformista, isto é, não incluíssem a ruptura das relações interamericanas ou pelo contrário até mesmo as apoiassem.

Um exemplo clássico de projeto dessa natureza poderia ser o Manifesto-Programa do Movimento 26 de Julho, liderado pelo então comandante guerrilheiro Fidel Castro. Lançado em novembro de 1956, o documento enfatizava que *"la comunidad de ideales y de destino que necesariamente une a las repúblicas del Hemisfério – las del Norte y las del Sur- es un hecho afortunado a cuyo mantenimiento debe cooperar toda la familia continental"*. A deterioração das relações com os Estados Unidos dar-se-ia no decorrer da aplicação, após a tomada do poder em 1959, do modelo enunciado no referido Manifesto-Programa, que além de preconizar a *"melhoria das relações interamericanas"*, propunha o resgate das riquezas do subsolo, a nacionalização das companhias de serviços públicos, a reforma agrária, a revisão dos tratados lesivos à soberania e à independência etc¹⁷.

Na realidade, vale uma pausa para registrar que o apoio norte-americano às tentativas de implantação de modelo alternativo nas relações hemisféricas, como os referentes aos projetos de integração econômica, dar-se-ia de forma explícita apenas sob situações de tensão extrema no relacionamento hemisférico durante a Guerra Fria, com riscos para a estabilidade de sua hegemonia. Exemplos:

I. logo após o fracasso da tentativa de derrubada de Fidel Castro, em 1961, dando-se então a formalização da Aliança para o Progresso, inspirada nas idéias da OPA, formuladas, como assinalado anteriormente, após manifestações contra os Estados Unidos na América Latina. Celson J. Silva assinala que *"a influência que os Estados Unidos passaram a exercer, a partir de 1959, no processo de integração latino-americana"* ganhou *"considerável impulso"* com a aprovação, em 17 de agosto de 1961, da Aliança para o Progresso.

17 Enrique González Pedrero, "La Revolución Cubana", Escuela Nacional de Ciencias Política y Sociales, México, 1959, pág. 89

Para Celton, apesar de seu “esvaziamento e superação” posterior, “com a Aliança, principalmente por meio da AID (Agency for International Development) e o BID, os Estados Unidos aumentaram sua capacidade de ‘intervenção branca’ na América Latina, do que não escapou o processo de integração. O BID, sobretudo, desempenhou papel muito importante nesse processo”¹⁸.

II. no auge das turbulentas repercussões e influência da revolução cubana sobre o resto da América Latina, quando é assinada, em 1967, a Declaração de Punta del Este, resultante da Conferência de Chefes de Estado e de Governo americanos. Nela se dispôs a aceleração da formação progressiva do mercado comum latino-americano, a partir de 1970. No entanto, “a Declaração de Punta del Este acabou não passando de retórica declaração de princípios e, de concreto, ficou apenas a porta que abriu para a criação do Pacto Andino”¹⁹.

Os projetos de integração não parecem haver tomado em consideração, na sua formulação, outras resistências latentes nas raízes políticas e culturais derivadas do processo de fragmentação territorial e política da América Latina, desde a época colonial. Gabriel Valdes, no mesmo ensaio citado anteriormente, apontava, ante sinais de fragilidade da Alalc, para a “persistente ‘alienación’ ideológica, económica y cultural en que ha vivido América Latina, y su incapacidad para formular modelos políticos y organizar su desarrollo con autonomía”. Para Valdés, por serem governadas diretamente da Espanha ou de Portugal, criara-se “una gran independencia de cada colonia respecto de las vecinas y por otra parte una dependencia directa de la metrópoli”²⁰.

Heraldo Muñoz, ex-embaixador do Chile no Brasil, avança na tese assinalando que “importante fator histórico de separação e isolamento entre as dependências coloniais na América do Sul foi a política, especialmente do império espanhol, de monopolizar o acesso à riqueza descoberta no Novo Mundo. Seguindo uma prática mercantilista, a Espanha manteve um estrito controle sobre o comércio e proibiu os laços comerciais entre suas colônias na América. O comércio era direto com a metrópole espanhola, o que fez desenvolver na América economias de exportação desligadas entre si, e que continuaram a manter laços verticais com as sucessivas potências centrais”. Agrega que “além do mais, à herança colonial desintegradora somou-se o fato de que o Brasil com o seu enorme mercado interno não dedicou esforços relevantes ao desenvolvimento do intercâmbio comercial com os seus vizinhos”. Essa dependência se

18 Celson J. Silva. “Antecedentes históricos do processo de integração latino-americana: ALALC, MCCA, Pacto Andino”, em “Temas da Integração Latino-Americana”, ed. Vozes/UFRGS, 1990, pág. 66.

19 Idem, pág. 65.

20 Gabriel Valdés, “Obstáculos políticos a la integración latinoamericana” em “Revista de la Integración”. INTAL/BID, No. 17, setembro de 1974, pág. 7.

prolongaria assim através dos tempos, variando a metrópole, mas Muñoz considera que “o mundo da globalização dos assuntos econômicos e o fim da Guerra Fria têm propiciado um quadro favorável à mudança dessa situação”²¹.

Derivações dessa herança têm sido a condição histórica de zona de exíguo inter-relacionamento anterior por carência de uma infra-estrutura física e de comunicação integradora; as aspirações territoriais que têm chegado a produzir conflitos bélicos regionais, uma seqüela da fragmentação física da região no processo de independência, a alimentar ressentimentos com efeitos sobre a disponibilidade em relação à racionalidade econômica e política da proposta integracionista no cenário internacional.

O Instituto para a Integração da América Latina (Intal) avaliava em 1991, ano em que nascia o Mercosul e cumpriam-se onze anos da substituição da Alalc pela Aladi, que “*el avance de la integración económica se estancó o retrocedió, cuando su marcha pasó a depender de acuerdos de voluntad política, tanto en el plano de la armonización de políticas nacionales como en la creación de entidades supranacionales*”²².

Simultaneamente, um militante integracionista e ex-presidente da Venezuela, o democrata cristão Rafael Caldera, identificava problema que veria repetir-se anos depois, ao ser eleito para o exercício de um outro mandato presidencial: “*ha habido intención política, ha habido deseo de integración, ha habido quizás hasta propósito integracionista, pero todo ello no ha alcanzado a determinar una verdadera voluntad política de integración*”²³.

Quando estas constatações foram difundidas, em 1991, não se havia consolidado o inovador modelo de integração esboçado nos documentos argentino-brasileiros assinados, a partir de 1985, sob os governos dos presidentes Raul Alfonsín e José Sarney. Eles poderiam ter levado, como registraria depois Aldo Ferrer, ex ministro argentino de Economia, a uma integração sustentável, concebida como uma “*zona preferente de comércio, dentro de la cual los gobiernos y los agentes económicos y sociales conciertan estrategias y políticas activas*” para “*lograr metas de desarrollo y equilibrio intrarregional inalcanzables sólo con el libre juego de los mercados*”²⁴.

21 Heraldo Muñoz, “História e Geografia: obstáculos para uma visão regional”, no seminário “O Ensino de História e Geografia no contexto do Mercosul”, ed. MEC, novembro de 1997, pág. 33.

22 INTAL, Editorial em “Integración Latinoamericana”, INTAL, No. 169, julho de 1991, pág. 1.

23 Rafael Caldera, “Dimensiones políticas de la integración de América Latina y el Caribe”, em “Integración Latinoamericana”, INTAL, No. 169, julho de 1991, pág. 58.

24 Aldo Ferrer, “MERCOSUR: entre el Consenso de Washington y la integración sostenible”, Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires, 1997, pág. 110.

O Tratado de Assunção, assinado em março de 1991 pelos presidentes Carlos Menem e Fernando Collor, com a adesão de Paraguai e Uruguai, segundo Ferrer *"refleja la visión fundamentalista de la globalización y supone que el libre funcionamiento de los mercados garantiza el mayor crecimiento económico y bienestar social posibles"*. Para ele, *"este es el fundamento ideológico de las políticas de apertura y desregulación de los mercados, privatizaciones y reducción de la acción pública, comúnmente denominadas neoliberales o del Consenso de Washington"*, já sob aplicação simultânea nas políticas econômicas nacionais dos governos dos países membros à época da criação do bloco. Nessa perspectiva, *"el MERCOSUR es un área de preferencias transitorias de intercambios, dentro de la cual los mercados reflejan, sin interferencias del Estado, las fuerzas centrípetas de la geografía y la globalización del orden mundial"*²⁵.

Em agosto de 2001, dez anos depois da aplicação desse modelo, o então secretário geral do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, embaixador Luiz Felipe Seixas Correia, admitia que *"diante do sucesso extraordinário do comércio, fomos um pouco auto-complacentes, todos os parceiros do Mercosul. Porque nós achamos que estávamos fazendo integração, mas na realidade estávamos fazendo comércio. Prevaleceu a visão mercantilista sobre a visão da integração"...* *"Nós não chegamos a planejar setores e hoje, quando estamos diante de uma crise provocada por fatores conjunturais, por circunstâncias de natureza econômica, verificamos que o que eu chamaria de déficit de integração do Mercosul, não está nos dando aquela rede de segurança que existe em todo processo de integração, para que V. possa suportar de uma forma adequada as vicissitudes de uma crise"*²⁶.

Considerações como essas sugerem que, priorizando na prática o intercâmbio comercial sob o livre jogo das forças de mercado, com limitada interferência do Estado, ao Mercosul tem faltado uma *"ação política estratégica"* para viabilizar até mesmo os desdobramentos graduais previstos no Tratado de Assunção. Sua carência parece ressaltada na natureza dispersa de resultados positivos como a vigência da ordem democrática como condição para participar no processo (*"Protocolo de Ushuaia"*); os progressos na superação da disputa hegemônica entre militares brasileiros e argentinos; a aquisição de personalidade jurídica internacional (Protocolo de Ouro Preto); alguns avanços na integração educacional e em debates em torno do Mercosul Social; os diagnósticos e intercâmbios nos subgrupos de trabalho etc.

25 Idem, pág. 109.

26 Luiz Felipe Seixas Correia, trecho extraído de gravação de conferência pronunciada na Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, em 14 de agosto de 2001.

Nas previsões do Tratado de Assunção, o processo de integração já deveria ter ido muito além, com o estabelecimento de um mercado comum até dezembro de 1994 (art. 1^o), por meio de decisões conjuntas intergovernamentais, como a coordenação das políticas macroeconômicas e setoriais, a harmonização de legislações dos países membros, o estabelecimento da livre circulação dos fatores produtivos. No entanto, oito anos depois de terminado o prazo para a sua aprovação, essas matérias permanecem pendentes de tomada de decisão. Pelo contrário, com a desvalorização em janeiro de 1999 da moeda nacional brasileira, o Real, verificou-se um gradual agravamento dos problemas, incluindo violações de avanços fundamentais alcançados como a (ainda que imperfeita) Tarifa Externa Comum (TEC), base da União Aduaneira.

Para a viabilização de um projeto que, segundo o Comunicado Conjunto dos Presidentes ao final da reunião de cúpula de Ouro Preto (dezembro de 1994), *"transcende os aspectos exclusivamente comerciais e econômicos, abrangendo crescente número de áreas, tais como nos campos da educação, cultura, ciência e tecnologia, justiça, meio ambiente, infra-estrutura física e comunicações"*²⁷ caracteriza-se a carência de uma firme vontade política comum dirigida à conformação plena do mercado comum.

Soma-se a isso o incumprimento de acordos presidenciais com que se pretendeu, por meio de compromissos para a viabilização de previsões do Tratado de Assunção, como a coordenação de políticas macroeconômicas, superar crises conjunturais posteriores à desvalorização do Real. Tal ocorreu, por exemplo, com os acordos entre os presidentes Fernando Henrique Cardoso e Carlos Menem, em fevereiro de 1999, em São José dos Campos, e em junho de 1999, em Buenos Aires; ou com o projeto de "Relançamento do Mercosul", aprovado em junho de 2.000, já com a participação do então novo presidente argentino, Fernando de la Rúa.

Sobre a perspectiva política do processo pesa também a passividade e/ou escasso conhecimento da sociedade subregional em relação ao projeto de integração. Este não ofereceu ainda, onze anos passados, razões consistentes para convicção em suas virtudes sociais, apesar de o Tratado de Assunção estabelecer, em seu "considerando" de abertura, que a ampliação do mercado por meio da integração dos países membros *"constitui condição fundamental para acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social"*.

27 "Comunicado Conjunto dos Presidentes do Mercosul" em "Boletim de Integração Latino-Americana", No. 15, outubro-dezembro de 1994, pág. 45.

A natureza intergovernamental da construção do Mercosul, rigorosamente observada pela burocracia estatal, tem limitado a aplicação de uma política de conscientização da sociedade subregional para a sua participação no processo. A estrutura institucional prevista no Protocolo de Ouro Preto inclui um Fórum Consultivo Econômico e Social, “órgão de representação dos setores econômicos e sociais”, e uma Comissão Parlamentar Conjunta, que cumpre principalmente o ritual de procurar “acelerar os procedimentos internos correspondentes nos Estados Partes para a pronta entrada em vigor das normas emanadas dos órgãos do Mercosul...” e “coadjuvar” na harmonização de legislações (art. 25 do Protocolo de Ouro Preto). Ambos órgãos podem chegar apenas ao encaminhamento de recomendações, por meio do Grupo Mercado Comum, órgão executivo da integração subregional. Pesquisas acadêmicas têm identificado como atores sociais predominantes no processo o setor governamental e grandes empresas nacionais e transnacionais²⁸.

A incorporação da sociedade deveria ser apoiada por políticas de comunicação, como ocorre intensamente na União Européia desde as suas origens. No Brasil, por exemplo, faz parte da “ação estratégica” do Governo o apoio logístico da mídia para exposições presidenciais ou ministeriais em horário nobre em TV e rádio ou em espaços publicitários nos jornais impressos para a promoção de seus programas ou para esclarecimentos em conjunturas de crise. Entretanto, salvo melhor informação, não há no Brasil precedente de pronunciamentos presidenciais ou ministeriais à nação para a promoção do Mercosul ou para a prestação de informações à sociedade sobre as situações críticas que o têm afetado.

O mútuo conhecimento pelas sociedades subregionais do desenvolvimento de situações conjunturais ou estruturais econômicas, políticas e sociais dos países membros – ou de aspectos nacionais relacionados com o processo de integração – depende principalmente de sistemas informativos sediados em países desenvolvidos, cujo enfoque está quase sempre dirigido aos aspectos de interesse da clientela principal, situada no país sede. Essa limitação tem diminuído em certa medida para um reduzido setor da sociedade que, por suas condições econômicas, pode desfrutar das alternativas abertas pelas modernas tecnologias eletrônicas de informação.

28 Mónica Hirst, “La Dimensión política del MERCOSUR”, em “Democracia, seguridad e Integración – América Latina en un mundo en transición”, Grupo Editorial Norma, 1996, págs. 190/197; Lincoln Bizozero e Jorge Grandi, “Em direção a uma sociedade civil do Mercosul – Velhos e novos atores no tecido subregional”, em “Contexto Internacional”, IRI/PUC Rio – vol. 21, No. 2, 1999, págs. 429/468.

Nos três Planos aprovados pelos ministros da área para o Setor Educacional do Mercosul no período 1992-2005 – e corroborados pelos presidentes- incluiu-se, com poucas variações no texto, “a formação da consciência social favorável ao processo de integração” como um dos “objetivos estratégicos” prioritários. Sua implementação não se deu, contudo, apesar de estarem previstos por exemplo no I Plano Trienal (que na realidade cobriu o período 1992/1998), detalhados programas, sub-programas, linhas de trabalhos e atividades com aquele objetivo²⁹. Por outro lado, esses Planos e as medidas adotadas nas reuniões ministeriais semestrais têm tido uma difusão precária, com escassa penetração na coordenação e nas bases dos vários níveis de ensino.

O risco de acirramento de contradições políticas internas no bloco acentua-se pela inexistência de instrumentos de promoção de coesão econômica e social entre os países membros e, neles, entre as suas regiões, isto é, políticas destinadas à superação dos chamados “desequilíbrios regionais”. Não obstante, a retórica introdutória do Tratado de Assunção estabelece que a ampliação das atuais dimensões dos mercados nacionais dos países membros, por meio da integração, deve dar-se com base na “gradualidade, flexibilidade e equilíbrio”. O Protocolo de Ouro Preto, adicional ao Tratado de Assunção, vai um pouco além: os países membros declaram-se “atentos para a necessidade de uma consideração especial para países e regiões menos desenvolvidos do Mercosul”.

A necessidade de “*um desenvolvimento harmonioso do conjunto da Comunidade*” no processo de integração é reconhecida pelos países membros da União Européia desde o Tratado de Roma, de 1957 (art. 158). Foi estabelecido ali que para promovê-lo a Comunidade, hoje União Européia, “*desenvolverá e prosseguirá a sua ação no sentido de reforçar a coesão econômica e social*”. Entre os instrumentos da Política Comunitária Regional estão os Fundos Estruturais, como o Fundo Europeu para o Desenvolvimento Regional, cujo objetivo é a redução das diferenças de desenvolvimento entre as regiões. Um Banco Europeu de Investimentos foi criado pelo Tratado de Roma para a concessão de financiamentos que contribuíssem para o desenvolvimento equilibrado do mercado comum.

No Mercosul há, por exemplo, o reconhecimento consensual da necessidade de desenvolvimento da infra-estrutura subregional,

29 Plano Trienal para o Setor Educação”. “Boletim de Integração Latino-Americana”, Ministério das Relações Exteriores do Brasil, edição especial, março de 1993, pág. 213.

principalmente em transportes, telecomunicações e energia, por sua singular importância para a consolidação da integração, inclusive sob a ótica do equilíbrio. À margem de certos avanços, particularmente por meio de acordos entre o Brasil e países vizinhos, a viabilização de estudos e projetos em elaboração para a integração infra-estrutural seria estimulada pela existência de agências próprias de financiamento dedicadas ao desenvolvimento da subregião em seus vários aspectos. Algo como a criação do intermitentemente mencionado Banco de Desenvolvimento do Mercosul, com a absorção e adequação de estruturas já existentes, como o Fundo da Bacia do Prata. A perspectiva de uma extensão do Mercosul a toda a América do Sul, por meio da ALCSA, tem sugerido parceria com a Corporação Andina de Fomento (CAF), uma realização bem-sucedida da Comunidade Andina de Nações.

No cenário de limites do processo, registra-se a falta de uma política em relação aos investimentos estrangeiros, apesar da crescente transnacionalização do setor empresarial da subregião, por meio da privatização de empresas públicas, da fusão ou aquisição de empresas privadas nacionais ou da ampliação de investimentos nas já instaladas. Segundo dados da Cepal, citados por Rubens Ricupero, no Brasil de uma média anual anterior de investimentos diretos estrangeiros entre 1990 e 1995 de US\$2 a US\$3 bilhões passou-se a US\$55 bilhões no período de 1996 a 1998, ou seja, em três anos o total ingressado no país ultrapassou *"todo o estoque de capital estrangeiro acumulado ao longo da história (US\$44 bilhões)"*.³⁰

Ricupero classificou então de *"dramáticas"* algumas derivações desses números que estão demandando avaliações permanentes. Entre elas a exportação de apenas 10% da produção total das empresas transnacionais, a geração de fluxo permanente e crescente de remessa de lucros e dividendos para o exterior, o não cumprimento do *"papel que alguns lhe atribuem de melhor inserir o país nos circuitos globais de produção e distribuição por meio do aumento de exportações de crescente conteúdo tecnológico"*.

Uma derivação desse aspecto é a perspectiva de *"impacto relevante"* da transnacionalização do sistema empresarial sobre a estrutura de poder político nacional – acrescentaríamos que com conseqüências regionais. Esse risco tem sido identificado por especialistas como Gilberto Dupas que, embora reconhecendo benefícios na presença das empresas transnacionais, ressalta o *"perigo de desaparecimento da integridade nacional da*

30 Rubens Ricupero, "Uisque em dose dupla" em "Folha de S. Paulo", 30 de maio de 1999.

economia local”, especialmente “pela ausência de confiável presença de fatores como capital e organização locais, de que depende a oferta de trabalho originário da própria sociedade”. Para ele “é razoável esperar-se conflitos futuros quanto a regras de regulação das privatizações, política tarifária, disputa por patentes, aspectos ambientais e várias questões que possam envolver conceitos de soberania nacional”.

Essas reflexões de Dupas foram suscitadas por dados indicadores de que entre 1992 e 1998 a receita operacional líquida real dos 20 maiores grupos estrangeiros estabelecidos no Brasil crescera 180%, contra apenas 30% dos 20 maiores grupos nacionais. Para os 10 maiores, os resultados eram respectivamente de 245% e 37%. Revelava-se assim “um claro avanço da internacionalização das empresas líderes”³¹.

A tendência indicada por Dupas sugere uma outra reflexão na montagem do cenário de integração, a partir do papel desempenhado por empresas transnacionais nas rupturas da ordem constitucional ocorridas na América Latina desde o episódio guatemalteco de 1954, no alvorecer da Guerra Fria, quando a sua penetração era ainda modesta, se comparada com a situação atual. Nesse período, que se estendeu até 1989/1991 (queda do Muro de Berlim / fim da União Soviética), os países da região tinham certa margem de manobra decorrente da disputa por “áreas de influência” entre Estados Unidos e União Soviética, e pela tendência expansionista da Revolução Cubana.

Valem alguns exemplos registrados em farta documentação, inclusive de origem norte-americana, como o papel da *United Fruit* na derrubada do governo de Jacobo Arbenz na Guatemala, em 1954; da *Hanna Co.* na derrubada do governo João Goulart no Brasil, em 1964; da ITT na derrubada do governo Salvador Allende no Chile, em 1973.

Uma outra pendência na perspectiva política do Mercosul, mas não a menos importante, como indicam até mesmo controvérsias que gera ao ser suscitado, tem sido a carência de uma estrutura institucional supranacional. O problema parece derivar em grande medida da influência das inspirações neoliberais do Consenso de Washington, como a minimização do Estado e a soberania absoluta do mercado. No entanto, alguns dos problemas críticos do Mercosul, anteriormente mencionados, são em parte conseqüência da inexistência de instrumentos institucionais para enfrentá-los. A criação de um Tribunal de Justiça e de uma Secretaria Técnica deveria gerar condições, dentro da especificidade de cada um,

31 Gilberto Dupas, “Abertura e estruturas de poder”, em “Jornal do Brasil”, 13 de setembro de 1999.

para dirimir controvérsias entre os países membros; coordenar o planejamento do processo e propô-lo às instâncias superiores de decisão; monitorar o cumprimento das decisões; acompanhar o desenvolvimento das economias nacionais e sua articulação com a meta de integração econômica, propondo condições e cenários para antecipação às conseqüências de crises previsíveis; negociar com instância similar à sua as bases de acordos com outros blocos; etc.

Recursos dos parceiros mercosulinos a órgãos extra-comunitários, como a OMC, para dirimir controvérsias internas no Mercosul revelam debilidade dos instrumentos disponíveis e problemática relação entre os seus membros. Podem refletir-se inclusive na credibilidade para a articulação e a implementação de posições comuns no exercício da chamada potencialidade negociadora do bloco, como em relação ao projeto de criação da Alca; à formação da ALCSA com a Comunidade Andina de Nações (CAN); à conformação de uma área de livre comércio com a União Européia, prevista no Acordo Quadro assinado em novembro de 1995; à nova rodada da Organização Mundial de Comércio etc. Por outro lado, a inexistência de uma estrutura supranacional facilita uma tendência à adoção de medidas de acordo com conveniências de interesses nacionais, até mesmo conjunturais, em detrimento de decisões tomadas para a construção do mercado comum.

A criação dessa estrutura deveria contribuir para o estabelecimento daquela "rede de segurança" mencionada pelo embaixador Seixas Correia. Apesar das dificuldades apontadas e das dúvidas quanto à possibilidade de sua superação, o Mercosul e a sua associação com o restante da América do Sul, ainda são, a nosso juízo, a principal alternativa para tentar-se uma inserção mais adequada da região no processo de globalização, inclusive para o exercício de uma certa influência para a modificação ou redução de suas atuais características excludentes. As crises que têm afetado os países membros, e as dificuldades para transpô-las, devem-se em grande medida às suas próprias deficiências nacionais e à interferência externa em suas economias, por meio de regras impostas por instituições influenciadas pelas diretrizes das grandes potências.

No entanto, as objeções ao projeto de constituição da Alca, nas condições desejadas pelos Estados Unidos e na paralela (e contraditória) reafirmação por esse país de políticas protecionistas concretas em meio

às negociações em curso – os novos subsídios agrícolas estabelecidos recentemente; a taxação do aço importado; dispositivos do *Trade Promotion Authority* etc. – tendem a revigorar a percepção da importância da formulação e da implementação de uma “ação estratégica comum” que deveria contribuir para a reativação de esforços por uma projeção sul-americana na sua elaboração.

Concluimos coincidindo com Bernal-Meza: *por las características de agrupamiento político-económico distintivo y por las acciones de política externa, el MERCOSUR es así un espacio extendible a una amplia región sudamericana y, por tanto, es válido considerarlo como un sinónimo de ‘América del Sur’, al menos para los efectos de la identificación de un subsistema regional en el contexto del sistema social mundial. Por la dinámica de relacionamiento internacional y el reconocimiento político del que ha venido siendo objeto, el MERCOSUR es hoy el eje de un subsistema que podría muy bien transformarse en el eje de un futuro sistema regional*³².

32 Raul Bernal-Meza, “América del Sur en el sistema mundial hacia el siglo XXI”, em “O lugar da América do Sul na ordem mundial”, Cortez Editora e NEST/JFPE/Facepe, 2001, págs. 18/19.

Debate

Enrique Mantilla (coordinador):

Tenemos que agradecerle al profesor, su exposición. Él ha presentado brillantemente lo que es parte de un pensamiento tradicional, humanista, en Latinoamérica, en la época de la guerra fría esencialmente, con fuerte influencia del estructuralismo como forma de pensamiento. Y nos ha ilustrado con una muy detallada documentación, con anécdotas, buscando calidad para profundizar los temas, las vivencias históricas y profesionales en un debate importante. Tal vez uno podría pensar en lo que se llama utopía realista, o sea, un saldo de propuestas que habría que reactualizar en los días de hoy, sobre Latinoamérica, sobre el mundo. Obviamente, este pensamiento tan fuerte, tan pulido, tan creativo, va a chocar con otros pensamientos, que le van a plantear si es tan cierto hablar de Latinoamérica en su conjunto, cuando Chile y México hacen acuerdos directos con EUA. O le van a señalar el discurso magistral que dio el Presidente Fernando Enrique Cardoso en junio de 1999 en Lima, cuando dijo que los acuerdos institucionales son de geometría variable – en ese momento se estaba firmando un acuerdo Brasil – Comunidad Andina, obviando al MERCOSUR – y si esto es una construcción de credibilidad sobre la integración. O le van a apuntar también el concepto de imperio, visto en lectura de neo-imperialismo, o visto en lectura de Imperio donde no hay fronteras, y donde los estados nacionales juegan un papel totalmente diferentes que hay que repensar. Veamos, da para mucho y creo que es muy importante ver si los modelos intelectuales pre-aprendidos sirven para captar los fenómenos novedosos con nuevas adaptaciones o por el contrario, en términos políticos, tenemos que comenzar a crear un pensamiento con nuevas categorías para analizar nuevas realidades. Yo creo que el debate que plantea es riquísimo y muy fundado.

Pergunta:

Meu nome é Valdir Vicente, sou da CGT do Brasil e faço parte do Foro Consultivo Econômico Social do Mercosul. Quero aqui externar minha satisfação, não só por ter acompanhado este Seminário desde o primeiro dia, pela riqueza de informações e pelas provocações que a gente tem assistido, mas porque a sua exposição, do ponto de vista político, foi brilhante.

Gostaria de fazer algumas indagações. Gostaria que o senhor se aprofundasse um pouco no nosso Acordo União Européia e Mercosul. A Alca, na verdade, vem com um propósito muito explícito de assumir os nossos mercados. Eu não tenho nenhuma esperança de que a gente possa entrar nos mercados dos Estados Unidos, fugindo das imposições que são colocadas pelas barreiras não-tarifárias. Pode sair uma tarifa zero, mas depois vêm as barreiras não-tarifárias, as exceções, e aí não vamos conseguir fazer nada na Alca. Mas, na proposta apresentada pela União Européia, também não há nenhuma novidade com relação aos incentivos agrícolas. No Foro, nós estamos trabalhando para tornar concreto esse Acordo União Européia-Mercosul, o próprio Foro tem acordos com os Conselhos Econômicos e Sociais, tanto o europeu como de alguns países bilateralmente, mas temos que nos aprofundar nisso. Nós podemos ser simplesmente o "tempero" na disputa entre a União Européia e os Estados Unidos. Então, como hoje se debate muito a Alca, e nós temos posição contrária à Alca por questão de princípio, mas temos também que ter cuidado com o Acordo com a União Européia. A União Européia colocou as regras e as regras são essas, o que não foi feito pelos Estados Unidos. Por isso, seria bom que o senhor pudesse dar mais alguma luz para nós, com relação a esse debate União Européia-Mercosul. Obrigado.

Guy de Almeida:

Em primeiro lugar, parece que hoje vai haver uma sessão especial relacionada com a União Européia e o Mercosul. Então, creio que esse assunto vai ser debatido exaustivamente, comparado com o que eu possa dizer aqui rapidamente.

Eu diria quais são as minhas expectativas. Com relação ao Acordo com a União Européia, primeiro sob o ponto de vista de uma ação estratégica, nós temos uma relação com a União Européia que o México, por exemplo, não tem. O México aderiu ao Tratado de Livre Comércio da América do Norte, quase que para formalizar o que já existia, porque as exportações do comércio mexicano estão, em mais de 80%, vinculadas aos Estados Unidos. Não é coisa de hoje, não é coisa do Nafta. Com o Nafta, tem até aumentado mais. Eles agora estão percebendo as fragilidades desse acordo e os problemas que podem enfrentar em outros acordos. Eles estão negociando com o Brasil, negociaram com a Europa e estão negociando com outras partes do mundo. O Mercosul, particularmente, tem um comércio exterior

muito diversificado. Como bloco, a Europa representa a maior clientela com o Brasil, tem aproximadamente 28%. Isoladamente, os mais importantes são os Estados Unidos, que estão aí com 25% ou 26%. Nós distribuímos o resto entre a própria América Latina e outras regiões do mundo. Então, nós não temos essa dependência que o México tinha. Está aí um bom elemento inicial para a questão de uma negociação externa.

Em relação à negociação com a Europa, o senhor já tocou no ponto principal. Ela está emperrada principalmente por essa questão da política agrícola. Eu creio que a política agrícola européia começou a sofrer algumas modificações agora, com aberturas que permitem uma paulatina aproximação para se tentar fazer esse tipo de acordo com o Mercosul e outras áreas do mundo, que têm o mesmo tipo de problema. Com a Comunidade Andina de Nações é a mesma coisa, ou com a Área de livre comércio Sul-Americana também ocorreria o mesmo. Esses processos são todos, ao mesmo tempo dinâmicos, e ao mesmo tempo estáticos, dependendo das conjunturas. A conjuntura nova que se abre no mundo é uma conjuntura de crise. O mundo, que dependeu muito da economia norte-americana nos últimos anos, começa a descobrir que não pode permanecer nessa dependência. A crise econômica norte-americana já criou, em certa medida, e está agravando, uma crise internacional geral. Nós temos que multiplicar e diversificar todas as nossas relações de tal maneira que possamos estabelecer compensações dentro desse quadro de comércio mundial. A proposta européia tem uma conotação política forte. Ela não chega a ter conotação econômica forte por essa questão que foi levantada na sua pergunta, quer dizer, a dependência que os governos europeus têm do setor agrícola, é muito grande. É um setor com uma enorme capacidade de pressão que se manifesta fisicamente, se manifesta parlamentarmente, se manifesta em todos os sentidos. Mas creio que é uma negociação que tende a frutificar. Mas não tende a frutificar uma área de livre comércio em que as coisas ficassem como estão. Da mesma maneira, não pode haver uma Área de Livre Comércio das Américas, se aquele imperativo das regras comerciais norte-americanas, que estão na *Trade Promotion Authority* (e vai ser muito difícil para o Governo Norte-Americano fugir delas) for mantido nas negociações. Por exemplo, os subsídios estabelecidos para o setor agrícola, os 40% do aço e outros setores como o suco de laranja do Brasil, a soja, enfim, é um quadro muito complexo.

Acredito que a diplomacia brasileira tomou algumas atitudes, ultimamente, muito interessantes e positivas, procurando reabrir a chamada relação Sul – Sul entre países em desenvolvimento; procurando localizar os pontos mais importantes no mapa mundial para essa relação com a África do Sul, com a Índia e com a China. Seria um ponto de partida para o estabelecimento, redinamização ou ampliação de correntes comerciais que nos dêem, cada vez mais, possibilidade de enfrentar negociações com gigantes como a União Européia ou os Estados Unidos. Essas são as linhas gerais e mais à tarde o senhor vai ter uma boa apresentação sobre esse tema. Obrigado.

Pergunta:

Meu nome é José Ferreira de Lima. Sou do Rio Grande do Norte. Sou Presidente do Conselho de Emprego do Estado e represento a Federação dos Trabalhadores na Agricultura. Inicialmente, quero parabenizar os organizadores deste evento por dar-nos a oportunidade de debater esses temas e sentir que o Mercosul não é somente uma organização para a comercialização de serviços, mas deve ser um instrumento de políticas comuns. Mesmo havendo diferenças, é possível ter políticas comuns para os povos da América Latina.

Em segundo lugar, o fortalecimento do Mercosul deve ser discutido com ênfase porque vai dar subsídios até para que se faça uma análise, ao nível de América Latina, se é possível entrar ou não, na Alca. Mas, entrar articulado e não dividido.

A pergunta para o expositor é se a criação da Alca não é para enfraquecer o Mercosul e, uma outra vez, encurrular Cuba. Cuba é um país isolado pelos Estados Unidos, mas tem dado exemplo ao mundo da melhor medicina do mundo e criou o Projeto Elan, composto por 14 países da América Latina, onde os alunos podem fazer medicina sem precisar fazer o vestibular. Nós compreendemos, como brasileiros, que ninguém pode fazer loteria do saber. Muitas vezes, não passa no vestibular aquele que está mais dedicado, mas quem está melhor psicologicamente. Esse Projeto Elan, para a América Latina, deve estar incomodando o Presidente Bush, por isso ele quer criar a Área de Livre Comércio das Américas, para encurrular Cuba e dificultar as relações comerciais.

Uma outra questão é se o Governo Brasileiro, e os países da América Latina, já têm alguma posição firmada do mal que traz a Alca para nossos povos. No Brasil, nós temos 30% dos trabalhadores

na área rural, o que corresponde a 52 milhões de brasileiros. No segmento da Reforma Agrária e na Agricultura Familiar, chegamos a ter 52% dessa população analfabeta. Como é que podemos ir para a Área de Livre Comércio com uma superpotência como os Estados Unidos? Será que a Alca não é para eles venderem tudo para nós e nós não vendermos nada para eles?

Pergunta:

Meu nome é Rosilda, sou do Estado de Roraima e represento a Federação das Associações Comerciais. Quando o prof. Guy se referiu a um processo de integração entre as regiões do Mercosul, nós do Norte nos perguntamos que tipo de integração se quer, se não nos preocuparmos antes com a integração regional dentro do próprio país. Em Roraima, no extremo Norte, nós temos a fronteira com a Venezuela e temos a fronteira com a Guiana Inglesa. Temos processos de integração, mas por questões diplomáticas, eles não se concretizam. Gostaria de saber do prof. Guy se ele tem algum conhecimento a respeito do “Arco Norte”.

Pergunta:

Sou Dulce, de Goiânia, pertencço à CUT e sou presidente do Conselho Estadual de Trabalho. Eu também me reporto à questão da integração. Acho que o prof. Guy foi muito feliz quando colocou que nós não conseguimos integrar dentro do nosso próprio país. Diria mais, nós não conseguimos integrar dentro do nosso próprio Estado. Eu sempre trabalhei nos órgãos da Educação – fui da Fundação Mobral, da Delegacia do Ministério da Educação e hoje estou no Cefet. Tenho observado que, no nosso Estado, há um índice de analfabetismo muito grande. Nós temos no nosso país a “Terra do nem.... nem de cá e nem de lá.” Aumenta o índice de analfabetismo e isso fica muito difícil. Então, eu pergunto: “Nessa integração, como nós poderíamos desenvolver um trabalho para a integração do Mercosul nos municípios?” Eu creio que isso é de suma importância “Como nós poderíamos desenvolver dentro do nosso próprio Estado um trabalho dessa natureza?”

Guy de Almeida:

Em primeiro lugar, para o José Ferreira, eu diria que, sem dúvida nenhuma, o fortalecimento do Mercosul é essencial para a negociação com a Alca, como é essencial para a negociação com a União Européia

e outras negociações. Diria mais, neste momento, o fundamental seria resgatar aquilo que o Mercosul já havia conseguido, retomar a força com que o Mercosul compareceu ao I Encontro das Américas, que foi realizado em Belo Horizonte, para discutir a Alca. Lá compareceram todos os países das Américas, menos Cuba, com seus Ministros das Relações Exteriores. Os Estados Unidos queriam estabelecer o princípio da negociação de país com país, para evitar que o Mercosul se apresentasse. Aquele era um bom momento do Mercosul: 1997. Então, os países integrantes do Mercosul mantiveram a unidade e disseram: "Nós só negociamos como um bloco!", como continuam fazendo até hoje. Resultado, a Comunidade Andina de Nações toma a mesma posição e se estabelece o princípio da negociação com os blocos. Essa foi uma indicação da força que tem um bloco quando tem capacidade de decisão política.

Acredito que nessa negociação com a Alca nós vamos ter que fazer o mesmo. Conteí uma pequena história aqui no começo da minha exposição, um pouco como uma pequena fábula, e devo dizer que é uma coisa de caráter muito pessoal porque não fiz uma investigação que me permitisse chegar a uma conclusão definitiva, mas jogando com elementos históricos da nossa antiga convivência com os Estados Unidos, e com a realidade atual, Brasil e Argentina começando uma negociação que nascia inspirada pelo problema da dívida externa dos dois países e fazia prever a criação de um núcleo, de um mercado comum entre os dois países. Isso vai se tornando realidade com as decisões dos Protocolos assinados por Argentina e Brasil de 1986 até 1988. Em 1990 Estados Unidos lançam a "Iniciativa para as Américas". E lançam a "Iniciativa para as Américas" com a idéia de criação de uma Zona de Livre Comércio por todas as Américas.

No entanto, começa a frustração dos Acordos Brasil-Argentina, assina-se o Mercosul, há uma pausa e a "Iniciativa para as Américas" fica um pouco na gaveta. Não acontece nada. Mas o Mercosul começa a revelar uma força inesperada nos volumes de suas transações comerciais. Para vocês terem uma idéia, em 1991 nós tínhamos 4 bilhões e 100 milhões de dólares de transações comerciais entre os 4 países membros. Em 1994 nós já estávamos chegando quase aos 10 bilhões, e em 1998, nós já tínhamos chegado a 20 bilhões. Era um elemento que, como aconteceu em outros processos de integração, tenderia a estimular novos níveis de procedimentos autônomos dentro de uma integração que nascia com uma influência muito grande dos princípios neo-liberais,

o primeiro dos quais foi a liberação comercial no início dos anos 90, sem reciprocidade, que tanto o Brasil como a Argentina fizeram com resultados danosos para as nossas balanças comerciais verificados depois.

Então, quando o Mercosul começa a mostrar essa pujança, em 1994, surge o Projeto Alca que é um desdobramento da “Iniciativa para as Américas”. Isso confunde e complica. Mesmo que não produza efeitos imediatos, cria perplexidades novas, principalmente nos países menores, carentes de recursos, que sabem que podem ter uma resposta mais imediata de uma economia forte como a economia norte-americana. A diplomacia brasileira percebeu a malícia desse processo e, sem passar recibo publicamente porque seria criar um conflito que geraria dificuldades muito sérias posteriormente, estabelece rigor nas negociações em relação à Alca. O Brasil continua sendo, até hoje, um ponto de resistência. A Argentina teve oscilações durante o Governo Menem, depois cresceu no seu interesse pelo Mercosul, mas com todas as dificuldades que estão aí, estamos numa pausa, esperando ver o que acontecerá após as eleições. Todos os candidatos a presidente no Brasil são contra a Alca, nos termos em que está colocado a proposta. Na Argentina, vai haver agora um processo eleitoral que pode até ser antecipado, e acredito que no segundo semestre do ano que vem, as forças empresariais e sindicais vão estar mobilizadas para exercer pressão sobre os nossos governos para que a negociação seja a melhor possível para os nossos países.

No caso de Roraima, diria que o Projeto da Área de Livre Comércio Sul-Americana nasce, em grande medida, de uma idéia dos nordestinos, liderados pelo Senador Beni Veras do Ceará, que dizia “O Mercosul só está servindo a quem já é rico no Brasil, o Sul e o Sudeste do País – São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina etc. Nós precisamos fazer um Merconorte”. Qual era a idéia do Merconorte? Era abrir uma zona de livre comércio com a Comunidade Andina – Venezuela, Colômbia, Equador, Bolívia e Peru – países que estão próximos do Norte e do Nordeste do país. Em 1993, no Governo Itamar Franco, o Brasil propôs a criação da “Área de Livre Comércio Sul-Americana” que levaria à integração a toda a América do Sul em uma área de livre comércio, beneficiando portanto, todas as regiões brasileiras.

Finalmente, na questão da Educação, eu diria que esse é um processo que tem que ser muito discutido internamente no Brasil. Se nós tomarmos pelo lado da integração do Mercosul, ele pode se

beneficiar com as perspectivas propostas nos documentos educacionais do Mercosul. Por exemplo, no Primeiro Plano Trienal para o setor, está claramente estabelecida a importância da conscientização social da população em relação ao Mercosul nesse processo, o processo educacional partindo do mais elementar que é a formação dos jovens, alfabetização da população etc. E isso não basta, não basta saber ler, é preciso saber transformar isso em conhecimento.